

### Questão Discursiva 04359

Um empresário da construção civil planeja realizar loteamento em determinada área situada em região urbana do Rio de Janeiro. Depois de consultar seus assessores, recebe a informação de que aquela região estava protegida porque era coberta por floresta integrante da mata Atlântica. Apesar disso, o construtor manda desmatar a área e começa a edificar a infra-estrutura própria do loteamento. Por este fato, o MPF o denuncia perante a 5ª Vara Criminal Federal do Rio de Janeiro pelo delito previsto no art. 38 da Lei 9.605/98 ("Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção"). A juíza titular, entretanto, não recebe a denúncia porque entende que o fato deve ser julgado pela Justiça do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que a autorização para o loteamento é de atribuição da Prefeitura Municipal e não da União. Remetidos os autos ao Juiz Estadual, este suscita conflito negativo de jurisdição, sob o fundamento de que a Mata Atlântica pertence à União, sendo, portanto, a Justiça Federal competente para processar e julgar o feito. Responda o seguinte: a) qual o Tribunal competente para dirimir o conflito? b) Qual a Justiça competente para julgar o fato delituoso?